



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

MENSAGEM Nº 111/2022

PROTOCOLO  
Divisão das Comissões

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

Proj. de Lei Comp. nº 1253-2022  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 30/12/22 Horário 08h:30m

Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, com base no inciso III do art. 87 da Lei Orgânica Municipal, apresento meus cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto a apreciação e votação, o Projeto de Lei Complementar em anexo, que *"Dispõe sobre o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal de Contribuintes do Município de Porto Velho – REFIS MUNICIPAL 2022, e dá outras providências"*.

Em síntese, o presente projeto de Lei Complementar trata-se de proposta de Lei Complementar que dispõe sobre o Programa de Recuperação Fiscal no Município de Porto Velho, intitulado REFIS MUNICIPAL 2022, o qual tem por objetivo estimular a regularização de débitos fiscais, cujos vencimentos tenham ocorrido até 31 de dezembro de 2021.

O Programa de Recuperação Fiscal é destinado às pessoas físicas ou jurídicas em débito com a Fazenda Municipal, oportunizando-lhes a regularização por meio de regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos devidos, sendo extensivo àqueles inscritos ou não em dívida ativa, com ou sem exigibilidade suspensa, ainda que em fase de execução fiscal já ajuizada ou a ajuizar, além dos débitos que já tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, observados os critérios pertinentes estabelecidos no programa.

Nesse sentido, o REFIS MUNICIPAL 2022, conforme as razões já apresentadas, visa a promover a redução da inadimplência dos contribuintes junto ao Fisco Municipal, com a concessão de descontos incidentes sobre os valores das multas e juros relativos ao atraso no pagamento dos tributos, e ainda sobre o valor de multas de ofício e isolada relativa às obrigações tributárias do ISSQN.

A implementação do Programa Refis não resultará em prejuízo aos contribuintes adimplentes, porquanto, o propósito do programa seja o de facilitar a quitação de débitos fiscais, cuja atualização dos valores de encargos moratórios e das multas aplicadas importa obstáculo à sua regularização, ofertando, assim, uma maneira mais equânime que considera a capacidade contributiva dos e contribuintes que não conseguem viabilizar a quitação desses débitos com a Fazenda Municipal, sobretudo no intervalo de maior expressão dos efeitos negativos da crise sanitária da COVID – 19, que reverberam até o momento.

O benefício fiscal ora concedido mira a manutenção do equilíbrio da relação, fisco e contribuinte, por meio da arrecadação de receita para atender as inúmeras e crescentes demandas.





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

Trata-se, pois, de proposta de diploma legal que, simultaneamente, estimula a regularização de débitos, fruto do inadimplemento de obrigações tributárias dos contribuintes para com a Fazenda Municipal, e promove a otimização da cobrança da dívida ativa, visando o aumento da arrecadação diminuindo os passivos, de modo a garantir a higidez financeira da receita própria.

Ademais, o REFIS apresenta-se como incremento à receita municipal, enfrentando os impactos à receita resultantes da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), impactante sobre a receita do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos e serviços essenciais quando incidente sobre bens e serviços relacionados aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo.

Ressalta-se que há vedação prevista no art. 73, § 10º da Lei nº 9.504/1997, in verbis:

"Art. 73. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais:

(...)

§ 10. No ano em que se realizar eleição, fica proibida a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios por parte da Administração Pública, exceto nos casos de calamidade pública, de estado de emergência ou de programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior, casos em que o Ministério Público poderá promover o acompanhamento de sua execução financeira e administrativa."

No entanto, tal vedação não se aplica ao caso concreto, tendo em vista que não há ocorrência de distribuição de benefícios, e a instituição do REFIS é política fiscal praticada reiteradamente ao longo dos anos, conforme jurisprudência abaixo:

"[...] Representação por conduta vedada a agente público. Prefeito. [...] Violação ao art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. Benefício fiscal concedido em ano eleitoral. Ausência do elemento normativo gratuidade. Não configuração de conduta vedada. [...] 4. Não houve distribuição gratuita de benefícios, visto que o programa fiscal concedeu desconto aos beneficiários referente apenas a juros e multas. 5. Nos termos da jurisprudência do TSE, excluída a gratuidade do benefício, elemento normativo da conduta, afasta-se a ocorrência da conduta vedada prevista no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997. Precedentes. [...]" (Ac. de 14.5.2020 no REspe nº 5619, rel. Min. Og Fernandes.) (grifo nosso)

EMENTA - ELEIÇÕES 2016. RECURSO ELEITORAL. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA. PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS. ART. 73. § 10 DA LEI DAS ELEICOES. NECESSIDADE DE APRECIÇÃO DO QUADRO FÁTICO-JURÍDICO. POSIÇÃO TSE. ANÁLISE DA SITUAÇÃO CONCRETA. CONSTATAÇÃO DE REITERAÇÃO DA CONDUTA EM ANOS ANTERIORES. POLÍTICA FISCAL DO MUNICÍPIO. ADEQUAÇÃO À NORMA PERMISSIVA CONTIDA NO § 10º DO ART. 73 DA LEI DAS ELEICOES. CONDUTA VEDADA NÃO CONFIGURADA. REFORMA DA SENTENÇA. RECURSO CONHECIDO E





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROVIDO. 1. A validade ou não de lançamento de Programa de Recuperação Fiscal (Refis) em face do disposto no art. 73, § 10, da Lei nº 9.504/1997 deve ser apreciada com base no quadro fático-jurídico extraído do caso concreto. (Consulta nº 36.815, Acórdão, Relator Min. Henrique Neves da Silva, Redator designado Min. Gilmar Ferreira Mendes, Publicação: DJE - Diário de justiça eletrônico, Tomo 65, Data 08/04/2015, Página 146). 2. O Programa de Recuperação Fiscal do Município de Pontal do Paraná - REFISPONTAL, analisado concretamente, encontra amparo na regra permissiva contida no § 10º do art. 73 da Lei das Eleições, não se vislumbrando o caráter eleitoreiro tampouco a capacidade de ferir a igualdade de oportunidades entre os candidatos, tanto porque se trata de política fiscal adotada reiteradamente desde o exercício financeiro de 2012, quanto porque demonstrado nos autos o zelo em atender expectativas da própria Administração Municipal para a arrecadação de recursos sem incidir em prática de conduta vedada. 3. Recurso conhecido e provido com reforma da sentença e cassação da multa imposta na Origem. (TRE-PR - RE: 43040 PONTAL DO PARANÁ - PR, Relator: ANTÔNIO FRANCO FERREIRA DA COSTA NETO, Data de Julgamento: 08/02/2018, Data de Publicação: DJ - Diário de justiça, Data 15/02/2018) (grifo nosso)

Cabe destacar, inicialmente que a Secretaria Municipal de Fazenda – SEMFAZ, possui legitimidade ativa para propor o referido projeto de lei complementar, com base em suas competências administrativas no âmbito do Poder Executivo Municipal, de acordo com o que dispõe o art. 47 da LCM Nº 882/2022:

"Art. 47. A Secretaria Municipal de Fazenda (SEMFAZ), órgão de gestão governamental, compete:

- I – a formulação da política econômico tributária do Município;
- II – o estudo, regulamentação, fiscalização e controle da aplicação da legislação tributária;
- III – orientar os contribuintes para a correta observância da legislação tributária;
- IV – elaborar o planejamento fiscal, de arrecadação e de fiscalização de tributos;
- V – elaborar o planejamento financeiro, bem como o processamento de despesas públicas, dos serviços de tesouraria e administração da dívida pública, contabilidade geral do Município e a prestação geral de contas;
- VI – formulação e execução do controle do Poder Executivo, formulação e execução da política de crédito do Governo Municipal; e
- VII – outras atividades correlatas."


Quanto a iniciativa legislativa do referido projeto de lei, possui base legal no art. 30, incisos I, III da CF, *in verbis*:

"Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

(...)

III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;"





## **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**

Desta feita, nobres vereadores, em virtude das razões apresentadas, e com base na competência disposta no art. 66 da Lei Orgânica Municipal e atento à importância da matéria em tratativa, submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências o projeto de lei em anexo, ao tempo que renovo apreço e respeito a todos os integrantes dessa Colenda Casa Legislativa do Município de Porto Velho.

Porto Velho – RO, 28 de novembro de 2022.

  
**HILDON DE LIMA CHAVES**  
Prefeito





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2022.

## PROTOCOLO

Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº \_\_\_\_\_

Proj. de Lei Comp. nº 1259-2022

Resolução \_\_\_\_\_

Decreto Legislativo \_\_\_\_\_

Emenda \_\_\_\_\_

Data 30/11/22 Horário 08h:30min

Dispõe sobre o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal de Contribuintes do Município de Porto Velho – REFIS MUNICIPAL 2022, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando das atribuições que lhe são conferidas no inciso IV, do artigo 87 da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte:

### LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º** Fica instituído o Programa de Estímulo a Regularização Fiscal de Contribuintes – REFIS MUNICIPAL 2022, com o objetivo de promover a regularização dos débitos de natureza tributária ou não tributária, cujo vencimento tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2021.

§ 1º A regularização de que trata o caput deste artigo será promovida mediante a concessão de benefício fiscal sobre créditos, inscritos ou não em dívida ativa, com ou sem exigibilidade suspensa, ajuizados ou a ajuizar, com ou sem protesto extrajudicial, relativo à anistia:

- I – de multa de ofício e isolada relativa às obrigações tributárias do ISSQN;
- II – de multas e juros moratórios decorrentes de créditos originários das seguintes receitas:
  - a) Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia;
  - b) Auto de Infração decorrente do exercício regular do Poder de Polícia;
  - c) Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (TRSD);
  - d) Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);
  - e) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN);
  - f) Auto de Infração de ISSQN;



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

g) Taxa de Uso de Bem Público, e

h) Foros.

**§ 2º** Os débitos de IPTU e TRSD do exercício de 2022 poderão ser incluídos na regularização promovida pelo REFIS MUNICIPAL 2022, mediante adesão.

**§ 3º** Considera-se, para fins de aplicação desta Lei Complementar, multa:

I – de ofício, penalidade pecuniária aplicada pelo não recolhimento espontâneo da obrigação tributária principal, incidente sobre o valor do tributo;

II – isolada, penalidade pecuniária aplicada pelo descumprimento de obrigação acessória prevista na legislação tributária relativa ao ISSQN.

**§ 4º** O benefício fiscal de que trata o § 1º deste artigo:

I – se estende a débitos que tenham sido objeto de parcelamento inadimplente;

II – não se aplica sobre o valor principal e atualização monetária do tributo.

**Art. 2º** A adesão ao REFIS MUNICIPAL 2022 dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação, parcelamento e pagamento dos débitos.

**§ 1º** O ingresso no programa para fruição do benefício fiscal instituído por esta Lei Complementar deverá ser efetuado até o dia 31 (trinta e um) de março de 2023.

**§ 2º** A consolidação dos débitos indicados em nome do optante ao REFIS MUNICIPAL 2022 será efetuada na data do pedido de ingresso no programa.

**Art. 3º** A confirmação de adesão ao REFIS MUNICIPAL 2022 dar-se-á com o efetivo recolhimento da entrada ou parcela única no ato do pedido de adesão ao programa, desde que este se dê no período de vigência desta Lei Complementar.

**§ 1º** No ato da opção pelo parcelamento, será exigido, o pagamento da primeira parcela, a título de entrada e consolidação do parcelamento.

**§ 2º** O saldo devedor remanescente deverá ser recolhido em parcelas mensais e sucessivas, observadas as condições estabelecidas no art. 4º desta Lei Complementar.

**§ 3º** O parcelamento dos créditos tributários inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, serão processados em separado dos não inscritos.

**Art. 4º** Os débitos, objeto do REFIS MUNICIPAL 2022, poderão ser parcelados em até 60 (sessenta) meses, e pagos com os benefícios previstos no art. 1º





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

desta Lei Complementar, respeitados os seguintes percentuais de deduções incidentes sobre:

I – os encargos moratórios de multa e juros de:

- a) 100% (cem por cento), no caso de pagamento em até 6 (seis) parcelas;
- b) 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento de 7 (sete) a 12 (doze) parcelas;
- c) 70% (setenta por cento), no caso de pagamento de 13 (treze) a 18 (dezoito) parcelas;
- d) 60% (sessenta por cento), no caso de pagamento de 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro) parcelas;
- e) 50% (cinquenta por cento), no caso de pagamento de 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) parcelas.

II – as multas de ofício ou isolada, relativas às obrigações tributárias do ISSQN, de:

- a) 80% (oitenta por cento), no caso de pagamento em até 6 (seis) parcelas;
- b) 75% (setenta e cinco por cento), no caso de pagamento de 7 (sete) a 12 (doze) parcelas;
- c) 70% (setenta por cento), no caso de pagamento de 13 (treze) a 18 (dezoito) parcelas;
- d) 60% (sessenta por cento), no caso de pagamento de 19 (dezenove) a 24 (vinte e quatro) parcelas;
- e) 50% (cinquenta por cento), no caso de pagamento de 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) parcelas.

§ 1º O não pagamento das parcelas na data do respectivo vencimento acarretará multa moratória de 2% (dois por cento) sobre o seu valor, e juros moratórios de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês ou fração de mês em atraso.

§ 2º Os débitos parcelados, quando da adesão ao REFIS MUNICIPAL 2022, deverão ser pagos em parcelas não inferiores a 01 (uma) UPF (Unidade Padrão Fiscal do Município).

§ 3º A rescisão do parcelamento motivada pelo descumprimento das normas que o regulam implicará no restabelecimento integral da dívida, descontando-se apenas o valor efetivamente pago.



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**§ 4º** Os débitos, objeto de cobrança extrajudicial com restrição de protesto, poderão ser parcelados, com acordo de novação da dívida, nos termos do artigo 2º desta Lei Complementar.

**§ 5º** A retirada do protesto dos débitos de que trata o § 4º deste artigo está condicionada ao recolhimento pelo devedor de custas e emolumentos cartorários junto ao Tabelionato de Protestos.

**Art. 5º** A adesão ao REFIS MUNICIPAL 2022 implica:

- I – confissão irrevogável e irretratável dos débitos indicados;
- II – aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas no programa;
- III – expressa renúncia a qualquer impugnação, defesa ou recurso, administrativo ou judicial;
- IV – pagamento regular e tempestivo das parcelas incluídas no programa de incentivo.

**Parágrafo único.** A inadimplência de 03 (três) parcelas, consecutivas ou alternadas, implicará na revogação do parcelamento.

**Art. 6º** Os débitos que tenham sido objeto de parcelamento anterior à vigência desta Lei Complementar, não integralmente quitados, poderão ser objeto do REFIS MUNICIPAL 2022.

**Parágrafo único.** Os débitos de que trata o caput deste artigo terão seu saldo apurado na data do pedido de ingresso ao programa, para fins de consolidação, parcelamento e pagamento dos débitos, observados os termos do artigo 3º desta Lei Complementar.

**Art. 7º** Os benefícios do Programa não se aplicam:

- I – aos créditos tributários lançados de ofício, decorrentes de:
  - a) infrações praticadas com dolo, fraude ou simulação, com o trânsito em julgado administrativo ou judicial;
  - b) revogação, cancelamento ou anulação de isenção ou imunidade tributárias, em consequência de inobservância de critérios e condições previstas na legislação vigente, ou de concessão ou reconhecimento por meio de procedimentos eivados de vícios ou sem o cumprimento das formalidades legais.
- II – aos créditos tributários decorrentes de retenções e/ou de substituições tributárias.





# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO

**Parágrafo único.** Os débitos que já forem objeto de execução fiscal ajuizada em que exista penhora de ativos financeiros idôneos a satisfazer o crédito exequendo não se sujeitam aos benefícios contidos nesta Lei Complementar.

**Art. 8º** A aplicação das disposições desta Lei Complementar não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já pagas.

**Art. 9º** Quando da adesão ao REFIS MUNICIPAL 2022, somente serão devidos honorários advocatícios quanto se tratar de débitos com o Fisco Municipal devidamente ajuizados no âmbito do Poder Judiciário.

**Art. 10.** Quando da adesão ao REFIS MUNICIPAL, os honorários advocatícios exigidos pela Procuradoria Geral do Município nas ações de execução fiscal poderão ser parcelados em até 06 (seis) vezes.

**Art. 11.** Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei Complementar, no que for necessário ao seu fiel cumprimento.

**Art. 12.** Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições das leis específicas, em especial a Lei Municipal nº 2.474, de 21 de dezembro de 2017.

**Art. 13.** Compete à Secretaria Municipal de Fazenda adotar os procedimentos necessários à execução do REFIS MUNICIPAL 2022, instituído por esta Lei Complementar.

**Art. 14.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.